

Sumário

Prefácio	1
1. Introdução	5
1.1 Contexto de problematização da investigação	5
1.2 Aspectos teóricos	17
1.3 Métodos e técnicas de pesquisa	19
1.4 Objetivos do livro	20
1.5 Estrutura do livro	22
2. A Retrospectiva Histórica da Arbitragem Internacional e Transnacional	23
2.1 Arbitragem voluntária em geral	32
2.2 Validade da convenção de arbitragem em geral.....	34
2.3 Validade formal da convenção de arbitragem.....	39
2.4 O Direito Transnacional da Arbitragem	39
2.5 Pressuposto de validade da convenção de arbitragem	43
2.6 A arbitragem subjetiva- quando as partes são os Estados ...	44
2.7 Direitos fundamentais e arbitragem internacional	45
3. Origem e Evolução Jurishistoriográfica da Arbitragem Administrativa em Portugal	47
3.1 Tese da Revolução - Alves de Sá	47
3.2 Tese Da Evolução - Francisco Cortez	52
3.3 Tese da Revolução Temperada – Duarte Nogueira	55
3.4 Dos posicionamentos sobre os alvidros	57
3.5 Previsão constitucional da arbitragem no direito público português	59
3.6 O Conteúdo Jurídico da Arbitragem Administrativa Portuguesa e o Direito Administrativo	65

3.7 Dos Tribunais Arbitrais e dos Tribunais Administrativos	71
3.8 Da reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos-CPTA	78
3.9 Da Arbitragem Necessária	83
3.9.1 Um exemplo sobre a validade e a constitucionalidade da arbitragem necessária sobre medicamentos e propriedade industrial.....	86
3.10 Da Arbitragem Tributária Voluntária	90
3.11 Do Centro De Arbitragem Administrativa- CAAD	94
3.12 Argumentos contra e a favor da Arbitragem Administrativa	101
3.13 Dos Direitos disponíveis e indisponíveis	102
3.14 Da validade do ato administrativo e do contrato público	104
3.15 Do mérito administrativo	109
3.16 Da necessidade de Lei regulamentar os Tribunais Arbitrais	112
3.17 Da Jurisdição Estatal e da Jurisdição Arbitral	113
3.18 Da participação popular no Estado	115
3.19 Da independência e imparcialidade dos árbitros	116
3.20 Do recurso à equidade e da legalidade	120
3.21 Da arbitragem multipartes	122
3.22 Da Segurança Jurídica e os Tribunais Arbitrais	123
4. A Arbitragem na Seara Pública e a Ordem Jurídica Brasileira.....	125
4.1 Previsão da arbitragem em geral na Constituição brasileira	125
4.2 Arbitragem Administrativa no ordenamento jurídico brasileiro	129
4.3 Reclamação	134
4.4 Arbitragem nos contratos da Administração Pública	135
4.5 As Câmaras de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União–AGU	138

4.6 Do princípio da proporcionalidade e da teoria da argumentação e os contras e os prós da arbitragem administrativa	149
Conclusão	157
Referências	161